Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

HISTÓRIA SOCIAL DOS TRABALHADORES
As experiências dos trabalhadores no município de Bragança (PA)

SOCIAL HISTORY OF WORKERS
The Experiences of Workers in the Municipality of Bragança (PA)

GLEYSON CARLOS S. MORAES [1]

UARLEY IRAN PEIXOTO [2]

RESUMO

Com o propósito de analisar a trajetória percorrida pela historiografia em relação à história dos trabalhadores no Brasil a partir de 1930, este estudo reflete sobre a exploração, as lutas e as conquistas dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Simultaneamente, busca evidenciar as experiências e perspectivas dos trabalhadores na cidade de Bragança, no Estado do Pará, que não ficaram à margem desse contexto social. O artigo destaca a importância desses indivíduos para o desenvolvimento agrícola e econômico, elementos fundamentais para o crescimento urbano de Bragança. Para a elaboração deste trabalho, foram utilizadas fontes primárias como ofícios, cartas, jornais, projetos de leis e mandados de segurança, que possibilitaram a compreensão do perfil tanto da cidade de Bragança quanto dos trabalhadores. Através dessas fontes, foi possível identificar os trabalhadores bragantinos e compreender seu cotidiano no contexto social brasileiro.

Palavras-Chave: Historiografia. Trabalhadores. Organização. Desenvolvimento.

ABSTRACT

With the purpose of analyzing the trajectory traced by historiography regarding the history of workers in Brazil from 1930 onwards, this study reflects on the exploitation, struggles, and achievements of workers in their workplaces. Simultaneously, it aims to highlight the experiences and perspectives of workers in the city of Bragança, in the state of Pará, who were not left on the sidelines of this social context. The article emphasizes the importance of these individuals for agricultural and economic development, fundamental elements for the urban growth of Bragança. In the composition of this work, primary sources such as

[1] Mestrando em Historia pela Universidade Federal do Pará, Especialista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí e Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará. *E-mail* do autor: cpumoraes@gmail.com

[2] Mestre em Linguagens e Saberes da Amazônia pela Universidade Federal do Pará e Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará. *E-mail* do autor: uarley.iran@gmail.com

official documents, letters, newspapers, legislative projects, and court orders were used, enabling an understanding of the profile of both the city of Bragança and its workers. Through these sources, it was possible to identify the workers from Bragança and comprehend their daily lives within the Brazilian social context.

Keywords: Historiography. Workers. Organization. Development.

INTRODUÇÃO

No Brasil, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas, foi instituída a maior legislação trabalhista do país, a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, na qual as normas do trabalho estão consolidadas na Constituição Federal, na própria CLT e, de maneira mais representativa, na popular carteira de trabalho. Através desses instrumentos, o trabalhador brasileiro passou a ser reconhecido e possuir benefícios, como férias, aposentadoria e décimo-terceiro salário.

A CLT tem passado por frequentes modificações para adaptá-la às mudanças sociais. As primeiras normas foram implementadas pelos estados europeus, abrangendo o reconhecimento do sindicato, o direito de greve, os seguros sociais e as normas relacionadas a acidentes de trabalho. A partir desses princípios, os direitos trabalhistas foram adaptados em cada país, buscando valorizar o indivíduo e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico (Hobsbawn, 2000).

A partir do século XX, o Brasil passou por uma transformação profunda em sua base produtiva, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, marcada por uma intensa racionalização e flexibilização no modo de produção do trabalho. Essas mudanças resultaram na diminuição do potencial de trabalho disponível no mercado, impulsionando o crescimento do trabalho informal e a consequente perda de direitos trabalhistas. Desde a década de 1970, a historiografia do trabalho tem expandido suas abordagens, concentrando-se especialmente na cultura dos trabalhadores, em seus cotidianos e práticas. Essa renovação representou um avanço notável, especialmente nos estudos que exploram as práticas de resistência e negociação por parte daqueles que não se conformam com os modelos tradicionais de lutas de classes.

Nesse contexto, as políticas econômicas adotadas na década de 1990 mostraram-se pouco eficientes na proteção dos trabalhadores brasileiros, durante esse período, observou-se uma redução significativa nos postos de trabalho formais, desvalorização da renda do trabalhador e uma queda expressiva no poder de negociação dos sindicatos. Essas transformações levaram muitos trabalhadores a se inserirem no mercado informal, onde enfrentam sérias dificuldades de sobrevivência. Além disso, a perda de benefícios estatais, como aposentadoria e seguro-desemprego, deixou-os à mercê da própria sorte.

Neste trabalho buscaremos enfatizar as vivências e organizações dos trabalhadores na Amazônia, em especial na cidade de Bragança-Pará, que passaram por um processo de progresso econômico oriundo da agricultura, de fundamental importância para o desenvolvimento urbano da cidade e para as movimentações no seu comercio. É a partir dessas movimentações que podemos localizar os trabalhadores bragantinos e seu cotidiano. Assim, pretendemos inserir essas experiências e vivências desses sujeitos no contexto historiográfico brasileiro, uma vez que onde há trabalhadores, há luta, história, protagonismo, organização e resistência.

1. UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO A PARTIR DA DÉCADA 30: SOBRE OS TRABALHADORES DO BRASIL E DA CIDADE DE BRAGANÇA.

Compreendendo que a História Social amplia o campo de investigação no mundo do trabalho abordando questões de exploração e dominação, propomos examinar o cotidiano e as lutas dos trabalhadores urbanos da cidade de Bragança, fora de suas organizações sociais. Vale ressaltar que nossa intenção não é criar uma cronologia do período que se estende desde 1930 até os dias atuais, mas sim mostrar as mudanças ocorridas na história dos trabalhadores ao longo do tempo, evidenciando que a cidade de Bragança não ficou à margem desse processo.

A organização dos grupos de trabalhadores no Brasil evidencia a crescente luta em prol da garantia dos direitos trabalhistas conquistados ao longo da história. Assim, a historiografia do trabalho está vinculada ao contexto

mundial, e as produções de inúmeros historiadores, como Eric Hobsbawm e Edward Thompson, influenciaram a produção nacional.

O trabalho destacado de Eric Hobsbawm, "A Era dos Impérios", no capítulo intitulado "Trabalhadores do Mundo", faz um balanço do cotidiano da classe trabalhadora no mundo pós-revolução industrial e nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Portanto, percebemos, através de sua análise, como se encontrava a real situação de organização dessa classe em meio a essas mudanças sociais decorrentes do desenvolvimento das indústrias e da modernidade. Considerando que essas classes não ficaram à margem desse "desenvolvimento", seria inquestionável negar o protagonismo e a autodeterminação desses trabalhadores no processo eleitoral, segundo Eric Hobsbawm (1998):

> “Dada a inevitável extensão do eleitorado, a maioria dos eleitores, era fatalmente ou pobre, ou insegura, ou descontente, ou tudo isso. Não podiam deixar de estar dominados por sua situação econômica e social e pelos problemas dela decorrentes; em outras palavras, pela situação de sua classe. E a classe cujos números cresciam de modo mais visível, à medida que a onda de industrialização engolfava o Ocidente, cuja presença se tornava sempre mais iniludível e cuja consciência de classe aparentemente ameaçava de modo mais direto o sistema social, econômico e político das sociedades modernas, era o proletariado (Hobsbawn, 1998, p. 164).”

É possível perceber que o “boom” da classe trabalhadora nas revoluções teve grande mudança no cotidiano da própria classe, e em meio a este cenário seria inquestionável negar o grande crescimento da consciência desses sujeitos, que independente da posição social, não deixararam de acompanhar o desenvolvimento da sociedade que estavam inseridos.

Eventualmente, a consciência de classe dos trabalhadores seria uma grande preocupação para o sistema socioeconômico e político. Já que uma vez conscientes, se tornavam mais suscetíveis de se organizarem na luta contra o próprio sistema que os oprimia. Essa emergência da consciência de classe dos operários deu uma grande abertura para que algumas organizações, como os partidos socialistas, crescessem e se tornassem novo mecanismo de organização social da luta coletiva dos trabalhadores. Como afirma Hobsbawn (1998):

> O maciço avanço eleitoral dos partidos socialistas e operários era agora auxiliado pela difusão do sufrágio democratizado, que lhe permitia ser eficazmente registrado. Ao mesmo tempo, ondas de agitação operária produziam um avanço ainda maior na força do sindicalismo organizado. Embora os por meio variassem enormemente com as circunstâncias nacionais, essas duas ondas de rápido avanço operário podem ser encontradas, de um ou de outro modo, em quase toda parte. (Hobsbawn, 1998, p. 174).

Outra analise com relação a historiografia dos trabalhadores é o trabalho de Edward Thompson (2011): "*A Formação da Classe Operária Inglesa*". O autor deixa claro que a classe social é compreendida por sua relação histórica e que a classe trabalhadora é fruto das mais diversas experiências comuns, sejam elas herdadas ou partilhadas, que podem ser articulardas entre si, ou contra posicionamentos divergentes. Como afirmar Thompson (2011):

> Em realidade, luta de classes é um conceito prévio assim como muito mais universal. Para expressar claramente: as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram em sua sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, porém não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de se manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer esse descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo histórico real (Thompson, 2011, p. 37).

Portanto, Thompson aponta que para compreendemos as características da classe trabalhadora é preciso analisar a relação histórica, em especial a luta de classe, no viés do processo dialético entre o ser social e a consciência social. É claro que tudo isso perpassa pela análise do cotidiano desses trabalhadores, que através de suas organizações travaram sérios conflitos com seus exploradores por melhores condições, e que a partir de suas experiências como sujeitos, em meio ao processo de luta, se identificam como uma classe.

Em seu provocativo artigo intitulado "*Luta de classes sem classes?*", Thompson (1989) aborda seu trabalho anterior como uma análise de "um momento particular do processo de formação de classe". O autor responde as críticas acerca da suposta "ingenuidade" de suas afirmações de que "a classe é

definida pelos homens ao viver sua própria história", enfatizando que a classe é uma categoria histórica derivada da observação dos comportamentos coletivos. Assim, a visão de que ela representa apenas uma expressão de relações de produção preexistentes, bem como a ideia de que pode ser reduzida a um agregado quantitativo de indivíduos em determinadas ocupações, não correspondem à realidade.

Utilizamos como referenciais teóricos esses autores para reafirmar a grande influência dos mesmos na historiografia sobre o processo de luta dos trabalhadores no brasil e no mundo. A historiografia brasileira que versa o processo de luta dos trabalhadores, produzida na década de 80, sobre as décadas de 1920 e início de 1930, vem sendo cada vez mais revisitadas e ganhando espaço dentro das discussões mais amplas sobre a formação da classe trabalhadora brasileira. É necessário apontar também que novas análises sobre o periodo varguista acabam trazendo problemáticas já conhecidas para o campo da história dos trabalhadores no Brasil. Como afirma Freitas (2003):

> Para muitos esses são os “anos Vargas”, período temporal que constituiria uma totalidade marcada por essa forte presença política e que por ela, em última instância, se explicaria. Embora se encontre frequentemente essa periodização, a história pelas grandes figuras está há décadas proscrita nas universidades; entretanto, com a reafirmação recente do papel do indivíduo na sociedade, os historiadores da política voltam a se preocupar com o papel que os grandes personagens tiveram, têm e provavelmente sempre terão na política; suas ações, se não explicam a história toda, têm nela um peso muito significativo que cabe ao historiador aquilatar (Freitas, 2003, p. 159 - 160).

A historiografia que problematizou esta periodização do governo Vargas nos traz interpretações essenciais para o entendimento da emergência da classe trabalhadora: Como exemplo, citamos os estudos de Alcir Lenharo (1986), que mostrou que o Estado continuava tendo uma poderosa arma: A propaganda. Se censura e a tortura foram utilizadas para “acalmar” os ânimos sociais, departamentos específicos de promoção e divulgação de valores caros ao governo foram criados para tal fim, como o conhecido Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que conseguia até mesmo promover e controlar manifestações cívicas e culturais específicas, além de divulgar projetos e feitos

governamentais. Lenharo (1986) também fala dos processos que aconteceram no brasil na epoca,e que foram decisivos na emergencia de aspectos relativos a classe trabalhadora na sociedade brasileira. Segundo o autor:

> É nas leis trabalhistas que emerge o operário. Nas leis sindicais que emerge a classe, nas corporações industriais e nos conselhos de Estado que se delineia a burguesia, nos planos de urbanização, que aparecem as cidades, na Justiça do Trabalho que aparecem os direitos sociais e civis, na oficialização de datas comemorações que aparece a cultura, na regulamentação do trabalho (Lenharo, 1986, p.24).

Sem dúvida a Revolução de 1930 foi um marco histórico que inicia uma nova fase no processo evolutivo dos direitos sociais no Brasil, rumo à mudança do paradigma constitucional. Segundo Ângela de Castro Gomes (1999):

> Os anos 30 inauguraram-se sob esse legado, e as medidas que então se implementam são bem uma demonstração da intensidade e atualidade do problema que se enfrentava. É a partir desse momento, demarcado pela Revolução de 30, que podemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. É a partir daí que podemos igualmente detectar — em especial durante o Estado Novo (1937-45) — toda uma estratégia político-ideológica de combate à "pobreza", que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho (Gomes, 1999, p.243).

Nesta perspectiva, compreendemos que do final do século XIX às primeiras décadas do XX, "o movimento operário no Brasil" se estruturou em torno das questões "mais candentes" relacionadas à jornada de trabalho de 8 horas diárias, melhorias salariais, liberdade de organização e legislação trabalhista que definisse de maneira clara os direitos e obrigações de trabalhadores e patrões, e que a justiça mediasse de maneira imparcial os possíveis conflitos.

Para Belucco (2000), a famosa Era Vargas (1930-1945), adotou um conjunto de medidas destinadas a operar uma crescente limitação nos níveis de autonomia das classes trabalhadoras[3], objetivando afetar a dinâmica de vida dos

[3] Com a renovação do campo Marxista outro grande trabalho de E. P. Thompson, ao estudar a atuação da classe operária inglesa como agente histórico principal de sua formação. Com sua

segmentos sociais subalternos, tanto no âmbito público como privado, de modo a conformá-los aos padrões condizentes com os hábitos e valores prescritos e/ou tolerados pelos grupos privilegiados, no interior da ordem burguesa em questão.

Portanto, a resposta a essa questão implica levar em conta o contexto interno e externo que motivaram a proliferação dos estudos no campo da história dos trabalhadores no Brasil, o qual, estas questões dos trabalhadores a partir deste momento estão muito mais presentes na sociedade brasileira, que se dedica à formação e as lutas destes trabalhadores. A ênfase demasiada no Estado-nação deve ser superada em favor de abordagens que atentem para os diferentes aspectos que conectam a classe trabalhadora dentro de uma escala transnacional e transcontinental, bem como o direito de serem respeitados pelos seus patrões e a luta para terem uma dignidade no trabalho[4].

Se as leis trabalhistas existiram, e não eram poucas, antes do governo de Getúlio Vargas, especialmente em São Paulo, foi em seu governo, com a criação do Ministério do Trabalho, que elas ganharam maior relevância. A "Questão Social" tratada durante a República Velha como um "caso de polícia", recebeu de Vargas grande atenção, como parte de sua estratégia populista de governo. Com a maior urbanização do país e o crescimento da industrialização, as leis trabalhistas acabaram como verdadeiro instrumento para conter o avanço do movimento operário e para o controle social das classes trabalhadoras.

Outra abordagem feita sobre a história dos trabalhadores brasileiros que nos deixa claro sobre questões de "legislação trabalhista no Brasil", e que se fez muito presente na primeira metade do século XX do período Varguista é acerca de como a cidade passou a ser um espaço ocupado pelas "relações de trabalho", uma vez que nesse espaço passaram a se abrir novas oportunidades para os

pesquisa o historiador inglês abriu novas perspectivas para a História Social e mais ainda ele colocou a história dos trabalhadores em primeiro plano. Para concretizar o objetivo, este trabalho faz um exame do trabalho clássico "A formação da classe operária inglesa". Nela apontando aspectos centrais e analisando como, nesta narrativa sobre a história dos operários ingleses, o autor operaliza seus conceitos e se diferencia de outros paradigmas historiográficos. Ver THOMPSON, E.P. A Formação da Classe operária Inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987.

[4] Entretanto, mesmo que este marco histórico tenha perdido seus sentidos em detrimento de novas visões ou interpretações, estas ainda são recorrentemente utilizadas pelos historiadores e demais pesquisadores do tema. Por este motivo, iremos utilizar estas frente à possibilidade de facilitar a análise aqui empreendida. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*, Campinas. 2º edição São Paulo: Papirus, 1986; MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981.

trabalhadores, estes passaram a ocupar maciçamente grandes indústrias e empresas, ocupavam bairros inteiros de cidades e passavam a ser notados como grupo singular por outros setores da sociedade. Ao mesmo tempo, as leis de regulamentação do exercício desses trabalhadores passavam a ser cada vez mais consideradas como essenciais para a manutenção dos seus ofícios. Sobre esse aspecto, o autor Kazumi Munakata em "*A Legislação Trabalhista no Brasil*" afirma que:

> Esta afirmação é bastante representativa, não só desta corrente do movimento sindical, mas de amplas parcelas da opinião pública. Apesar de todos (ou quase) concordarem que a legislação trabalhista no Brasil, e em particular a legislação sindical, seja um plágio das leis fascistas, também todos (ou quase) concordam que na legislação estão as marcas das lutas e das conquistas dos trabalhadores. Trata-se então de retirar da atual legislação trabalhista o seu "desvio" fascistizante e autoritário. E, de fato, quem pode afirmar que o 13º salário, as férias, etc. sejam prejudiciais aos trabalhadores (Munakata, 1981, p. 08).

Todas essas questões em torno da legislação trabalhista são pertinentes, uma vez que as leis trabalhistas garantiam aos trabalhadores os direitos sociais e de estabelecimento de um "sistema de proteção social" para que as pessoas pudessem se manter, e sobreviver, usufruindo em algum grau da riqueza socialmente produzida. Isto significa o reconhecimento da necessidade de proteção dos indivíduos. Munakata (1981) também comenta:

> [...] a legislação trabalhista, no seu espírito e no processo de seu implemento, carrega as marcas das lutas operárias, mas também as de sua derrota. Por isso, a consolidação das Leis do Trabalho (Decreto n.º 5 452 de 1943) – a famosa CLT -, reunindo de modo organizado e sistemático o conjunto das leis trabalhistas, apenas consolida esta derrota dos trabalhadores. As alterações que nela ocorreram até os dias de hoje, principalmente a partir de 1964, preservam o essencial desse espírito e apenas aprimoram os dispositivos que expropriam do trabalhador a capacidade de decisão e controle sobre sua vida (Munakata, 1981, p.105).

Refletir sobre estas questões a partir de seus fundamentos históricos nos possibilita entender que foi através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que a legislação trabalhista foi sistematizada. Portanto, com a política trabalhista de Getúlio Vargas houve uma maior aceitação às ideias da intervenção nas

relações de trabalho com o Estado desempenhando papel central, grandemente influenciado pelo modelo corporativista italiano.

Entretanto, mesmo que estes marcos históricos tenham perdido seus sentidos em detrimento de novas visões e interpretações, estas ainda são recorrentemente utilizadas pelos historiadores e demais pesquisadores do tema. Por este motivo, iremos utilizar esta frente à possibilidade de facilitar a análise aqui empreendida.

Esta perspectiva historiográfica aponta sua atenção as grandes organizações sociais de dominação e resistência, a saber; o Estado, os sindicatos e os trabalhadores, como sendo os lugares legítimos de luta política e transformação da sociedade brasileira. Podemos observar nas obras de Ângela de Castro Gomes, Alcir Lenharo e Kazumi Munakata que a partir da criação dos sindicatos os trabalhadores se organizavam para reivindicarem seus direitos trabalhistas, sendo o "movimento grevista" a grande arma da classe trabalhadora na luta por seus direitos. Ao se recusar a vender a sua força de trabalho pelas condições impostas pelos donos dos meios de produção ela se coloca como classe social e, durante um significativo período do século XX conseguiu ampliar o preço da única mercadoria que possuía: a força de trabalho.

A compreensão de Barreiro (2002) destacou a evolução dessas concepções ao longo do tempo e como a luta social se transforma em questões mais específicas relacionadas às condições de trabalho no século XX, já que concepções liberais de propriedade, tempo linear e trabalho disciplinado da sociedade liberal só seriam incorporadas pelos trabalhadores brasileiros no século XX. Nesse período, o movimento de trabalhadores passou por cima do protesto popular do século XIX, e nos centros urbanos a luta social vai circunscrevendo-se cada vez mais à diminuição da jornada de trabalho, ao aumento de salários e à criação de sindicatos livres.

Mas a história da classe trabalhadora deixou de ser unicamente a história do movimento organizado, e novos temas também foram contemplados, tais como processo de trabalho, condições de vida e mulheres trabalhadoras. A história operária deixou também de ter como principal centro as cidades da região sudeste tais como: Rio de Janeiro e São Paulo, alargando suas fronteiras para outras regiões do país. De lá para cá, houve ainda há ampliação do campo

no campo historiográfico.

É importante salientar que as Leis trabalhistas não abrangem todos os trabalhadores, um reflexo disso são os próprios trabalhadores rurais, pois só nos anos 50 e início dos anos 60, os conflitos no campo se generalizaram, adquirindo caráter nacional, não só no sentido de que em praticamente todos os estados do país poderiam ter várias formas de lutas nesse processo, onde a diversidade de sujeitos no campo ("moradores", "colonos", ou "camponeses", etc.) passou a ser sintetizada nos termos generalistas de "trabalhadores agrícolas" e "lavradores". É neste período que ergue-se, como um caminho alternativo de organização e mobilização das massas de trabalhadores rurais as Ligas camponesas.

Consideramos que esse marco histórico está relacionado à formação da classe trabalhadora no campo, com seus diversos movimentos sociais, organizações e lutas sindicais e políticas, nas últimas décadas do século XX. Como indica Márcia Motta e Carlos Esteves: *"*A existência de uma das mais importantes formas organização de trabalhadores rurais no Brasil – as chamadas Ligas Camponesas, entre1954 e fim de 1964 – surpreende até nossos dias*".*

Segundo Motta e Zarth (2009), o período que vai desde a criação das Ligas Camponesas, até o golpe militar de 1964 colocou as lutas sociais do meio rural em evidência na imprensa nacional na qual as transformações políticas, sociais e econômicas que ocorrem no Brasil e no mundo durante o século XX estão intimamente relacionadas às "tendências interpretativas" daquilo é produzida sobre determinado tema ou período.

Pois, o que podemos perceber que nos anos de 30, predominou nessa esfera uma concepção genérica, produto de uma intensa disputa política que permeou os anos 30, que negava o estatuto de "classe" ao trabalhador rural. O debate de então procurava afirmar a impossibilidade de levar ao campo (por serem inadequadas) as divisões políticas entre "operários" e "patrões" que marcavam o mundo urbano.

O município de Bragança está localizado no interior do Estado do Pará, e é especialmente na década de 50 e início de 60, que podemos perceber que houveram muitas mudanças no cotidiano da sociedade bragantina, em especial nos conflitos e cotidianos dos trabalhadores que se encontravam nesse

município.

Edilza Fontes em seu trabalho "*O pão nosso de cada dia (um estudo sobre padeiros e forneiros em Belém do Pará nos anos de 1940 a 1954)*", formulou sobre as questões trabalhistas dando-se importância não só a história coletiva, mas também a história individual e a subjetividade na interpretação dos fatos. Já que sua existência não é, portanto, sem propósito ou sentido, mas se vincula a mudanças mais amplas no papel dos trabalhadores. Assim, é possível constatar que diferentes grupos e movimentos sociais, antes ignorados, passam a fazer parte da história.

Ao analisar este estudo, observamos que tradicionalmente, no estado do Pará, foram registrados conflitos trabalhistas frequentes, muitos dos quais foram levados à Justiça Trabalhista. No âmbito desses conflitos, as leis trabalhistas tornaram-se pontos de embate entre empregadores e empregados. A autora demonstrou que o excessivo número de reclamações trabalhistas resultou em uma resolução desses processos nos tribunais, acarretando um considerável custo econômico para a sociedade.

Esse custo abrange diversas facetas. Não apenas envolve os custos legais diretamente ligados aos processos trabalhistas, que por sua vez impactam os custos de contratação e demissão, aumentando a taxa de desemprego. Além disso, há também custos indiretos associados a esses conflitos.

Nesse sentido, trabalhamos com a História Local, que nos permite ter uma ideia mais imediata do passado destes trabalhadores, onde os próprios colocam para si mesmas questões relacionadas ao local onde trabalhavam o que ocasionou que município de Bragança uma vez que, onde existir trabalhadores haverá luta dos mesmos pelos seus direitos, o que nos revela os conflitos entre trabalhador e patrão, como nos aponta a professora Edilza Fontes, que a História dos Trabalhadores do Pará ainda precisa sim ser analisada, uma vez que ela tem muito há nos revelar. Segundo a autora:

> O estudo sobre a história social do trabalho na historiografia paraense é ainda insuficiente. Não tem como objeto central de estudo os trabalhadores, os quais são estudados neste trabalho que privilegia novas perspectivas de investigação, principalmente por trabalhar fontes ainda não utilizadas na historiografia regional (Fontes, 1993, p. 231).

Portanto, as várias tensões de diferentes naturezas, na qual Fontes revela podem constituir uma nova identidade e uma linguagem comum que passa a agregar o debate dos trabalhadores regionais. Vale ressaltar que a própria criação das Leis Trabalhistas mascara o cotidiano dos trabalhadores, no qual esse discurso foi reafirmado no governo de Getúlio Vargas com a criação do Ministério do trabalho, ao instituir a CLT.

2. PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DOS TRABALHADORES BRAGANTINOS: UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DA SOCIEDADE BRAGANTINA NA DÉCADA DE 50

Um dos marcos da história da formação social da cidade de Bragança foi o período da construção da estrada de ferro de Bragança, que marcou o processo de desenvolvimento do Pará. A ferrovia moldou o processo de ocupação e exploração da cidade de Bragança, uma vez que marcava também a chegada de imigrantes europeus, e logo em seguida os nordestinos, mudando então a dinâmica do município. Bragança virou o palco de discussões das autoridades locais, nacionais e internacionais. Uma vez que o objetivo da ferrovia era tornar da cidade de Bragança um grande "celeiro agrícola" da Amazonia.

Nesse sentido, a Estrada de Ferro de Bragança é destacada como um exemplo central dessa dinâmica de ocupação e exploração na região Nordeste do Pará. Tendo suas obras iniciadas a partir de 1883, na qual a economia da borracha e o interesse no superfaturamento da agricultura eram fatores prioritários nas diversas reconfigurações dos territórios da zona bragantina e nas variadas experiencias sociais que a cidade de Bragança enfrentaria com a chegada da ferrovia no município.[5]

As mobilizações oriundas da estrada de ferro de Bragança, trouxe consigo diversos cenários que demostram a mobilização, organização e movimentação de trabalhadores no meio rural, pois a zona rural se tornou grande fonte de renda para o município através da comercialização e exportação de produtos agrícolas

[5] Ver: Conceição, Maria de Fatima Carneiro da. Bragantina: um trem, a terra e a mandioca. 1edº. – Belém [PA]: Paka-Tatu, 2022.

e outros. Em meados 1950 Bragança era formada por seis Distritos: Distrito Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Tracuateua, Imboraí e Tijoca e colônias agrícolas eram de suma importância para o desenvolvimento comercial que podemos destacar a Colônia de Benjamim Constant e a colônia de Augusto Montenegro.

> Possuímos duas Colônias Agricolas importantes: a de Benjamim Constant, servido por um ramal da Estrada de Ferro de Bragança e a Colônia Augusto Montenegro cuja sede dista desta cidade 36 quilômetros, ligada por uma estrada de Rodagem estadual.
> Fator imprescindível para desenvolver a produção agrícola destas zonas, é sem dúvida, a construção de estradas de penetração, para os centros mais distantes nas mesmas. Vias de comunicação e transporte fácil por si só estimula o lavrador a produzir o máximo, sem receio de perder suas safras, porque, quando não as vende na porta de sua casa, as leva ao centro comprador, conseguindo melhor preço.[6]

Já que o município tinha como principal base econômica a agricultura, essa base foi de fundamental importância para desenvolvimento urbano da cidade, uma vez que esse setor economico lhe dava destaque como um dos principais centros urbanos de exportação de produtos agrícolas dentro e fora do estado, como mostra o autor César Pereira:

> Dotado de terras fértis, Bragança, desde o início de seu povoamento concentrou na agricultura o fator fundamental de seu desenvolvimento. Até 1888, cultivavam-se café mamona, algodão, mandioca, arroz, feijão, milho, fumo, gergelim e cana-de-açucar (...) Bragança exporta s".eus produtos agrícolas para Belém, Amazonas, Maranhão, Ceará, territórios de Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá, Estado do Rio de Janeiro e Municípios da Zona bragantina (Pereira,1962, p.63-64).

Assim, Bragança aparece como grande polo agrícola e além dos seus distritos, temos as colônias agrícolas que passaram a ter uma grande importância para desenvolvimento econômico, e foi em meio a este contexto da década de 50, evidenciamos que a cidade passa por um processo de construção de várias estradas principalmente a estrada de rodagem, movimentação e valorização da produção agrícola, criação de projeto de lei municipais no diz a respeito dos trabalhadores, registros de aberturas de firmas e é em meio deste

[6] Oficio nº 64 de abril de 1952, Arquivo Municipal na Prefeitura.

contexto que identificamos o cotidiano e a luta e até mesmo a resistência vivenciadas pelos trabalhadores bragantinos[7].

O processo de construção de estradas, aberturas de firmas, desenvolvimento da agricultura e até no serviço público, precisasse de mão-de-obra para trabalhar nas mesmas, então podemos dizer que se abre diversas oportunidades de empregos na região bragantina. A partir da investigações de fontes documentais que podemos analisar diferentes abordagens e preocupações que marcaram a produção historiográfica, de um determinando tema aparece e a caracterização construída para a História social dos trabalhadores de Bragança uma vez que as abordagens feitas sobre a história dos trabalhadores brasileiros têm muito a nos revelar, principalmente quando se diz a respeito da "legislação trabalhista no Brasil" e através desta análise que podemos destacar a Classe Trabalhadora Bragantina dando destacando-se as seguintes categorias trabalhadores Público (municipal), Formal (privado) e informal (autônomo).

A cidade de Bragança não foi muito de diferente de outras cidades no Pará (na década de 1950) vivenciava os processos de Urbanização e progresso voltada para o desenvolvimento econômico e comercial desde município, uma vez que neste período a cidade de Bragança vivenciava um momento de desenvolvimento meio rural que é de suma importância para o desenvolvimento econômico desta cidade.

> (...) O município de Bragança, pode-se afirmar, está na Vanguarda dos municípios agrícolas de produtos de ciclo rápido; e pelo valor comercial de exportação da fibra de cr 6.015.693,00, de fumo de valor cr 6.015.693,00, de farinha de mandioca no valor de 4.335693,00, de arroz no valor .....cr 3.614.488,00 etc.[8]

Portanto, evidenciou-se que há uma diversidade de trabalhadores que fazem parte desse cenário bragantino. Destacamos aqui os trabalhadores rurais e os da informalidade, os quais existem e são de suma importância para o

[7] Com base em fontes tais: Ofícios, Projetos de leis, mandados de segurança, processo de reclamações trabalhistas e outras, encontradas no Arquivo Municipal na Prefeitura de Bragança e Arquivo do Fórum de Bragança.

[8] Oficio nº 64 de abril de 1952, na qual os vereadores fazem um balanço da situação financeira do município de Bragança e este oficio foi um comunicado para o prefeito desse município.Este oficio encontrasse no Arquivo Municipal na Prefeitura.

desenvolvimento econômico no município. Isso ocorre porque os trabalhadores informais e rurais desse município estão se destacando no meio econômico através da venda de produtos agrícolas.

Diante disso, os trabalhadores rurais estão diretamente ligados a produção agrícola e nos distritos da cidade, alguns lavradores dos distritos bragantinos tinham destaque nas suas produções para economia deste município. E estes trabalhadores também eram de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e comercial do município, uma vez que são estes agricultores que trabalham na venda de seus produtos agrícola outros trabalhadores bragantinos que revendiam os mesmos produtos na feira de Bragança. A tabela abaixo estar descritos os nomes dos lavradores que tiveram destaque trabalhando em suas terras próprias. Estes se destacaram pela grande produção na agricultura e, transportavam muitos de seus produtos para a capital do Estado.

TABELA 01. NOMES DOS LAVRADORES QUE SÃO DESTAQUE NOS DISTRITOS DE BRAGANÇA (PA)

Distritos	**Nomes dos Trabalhadores**
Distrito de Almoço	Francisco Moreira Filho, José Moreira Ramos, João Antônio do Nascimento, José Freire de Almeida, Candido Joaquim Oliveira, Isidoro de Sousa Gama, Cassiano de Sousa Gama, Manoel Alves Filho e Antônio Vidal de Sousa.
Distrito de Caratateua	José Paulino de Matos, Lourival Matos, Orlando Matos, Carlos Matos, Manoel Antônio dos Reis, Francisco Júlio do Rosário, Manoel Rosário de Matos, Antônio Segismundo Pereira, João Pereira Vieira.
Distrito de Nova Mocajuba	Cicero Silva, Pedro Gomes da Silva, José Gomes da Silva, Manoel Quirino de Sousa, Esmerindo Rodrigues, Manoel Salviano Silva, Aprígio Severo da Silva, João Cirilo da Silva.
Distrito de Tracuateua	Manoel Assunção de Aviz, Estevam Castelo Branco, Joaquim Rodrigues Mesquita, Manoel Aguiar, Antônio da Silva Melo, Clemente Ferreira, Francisco Romão Gomes, João Lourenço Filho, Pedro Ferreira Maciel, Raimundo Hermínio da Silva.
Distrito de Imboraí	Antônio Cardoso de Brito, Francisco Cardoso de Brito, Patrício Ferreira costa, Antônio Pereira Araújo, Benedito José Ribeiro, Manoel Bento, Martinho Tavares, Pedro Simão, José Caio.
Distrito Tijoca	Francisco Ramalho, João Paulo Lima, Alberto Fernandes de Alencar, Lauro Fernandes de Alencar, Francisco Rosa, Manoel Borges dos Reis, Prudente José Alencar, Simeão

	Fontele, Carlos Antônio Fernandes, Pedro Rodrigues Muniz, José Rocha Bezerra, Olivio Rodrigues Muniz, José Ferreira Aguiar, Sebastião Serafim, Manoel Serafim, Sebastião Pereira Oliveira, Manoel Aires de Oliveira, Raimundo Fernandes Martins, Francisco Risuenho Sanches, Henrique Risuenho Sanches.

Fonte: O autor, 2017, feita a partir dos dados coletados no arquivo público.

Essses, trabalhadores da informalidade eram bastante significativos, trabalhadores estão diretamente ligados a venda de desses produtos agrícolas no centro comercial (Feira-Livre), pois na feira trabalhavam: vendedor de produtos agrícolas, carpinteiros, armadores de barcos a motor ou lanchas de fretes, padeiros ambulantes comprador de aves, fumo, fibra e ambulantes vendedores de peixes, hortaliças, frutas, dentre outros uma vez que comércio bragantino é bastante diversificado. Todavia estes trabalhadores além de não terem direitos trabalhistas por trabalharem na informalidade e não tem a que órgão recorrer, os mesmos ainda tem que pagar impostos para a Prefeitura Municipal uma vez que este órgão cria o imposto de licença (comércio Volante):

> Imposto de Licença (Comércio Volante)
> Artº 28º As licenças para o comercio ambulante e outras atividades, serão cobradas de acordo com a tabela abaixo, a requerimento escrito daqueles que o pretenderem ou independentemente de requerimento mas serão sempre anuais, embora expedidos no ultimo trimestre do âno.
> Artº 29º Quando a licença depender de alvará, o contribuinte será obrigado a exibi-lo aos fiscais, mestre de obras, e qualquer funcionário que o exigira serviço da finalização dos serviços públicos.
> Artº 30º Niguem poderá exercer ramo algum de comercio, previsto na tabela sôbre êste titulo, sem que requeira e pague os devidos imposto".[9]

Portanto, esses trabalhadores, além de não terem nenhum direito, são obrigados a pagar impostos. Geralndo, prejuízos aos mesmos, uma vez que suas vendas nem sempre têm grandes lucros, são evidente. Visto que, esses vendedores dependem diretamente de compras da população, que nem sempre frequenta o comércio para comprar esses produtos. Entretando, o foco do nosso estudo não terá como principais sujeitos os trabalhadores rurais ou informais,

[9] Oficio Nº 62 de 30 de junho de 1952, encontrado no Arquivo Municipal na Prefeitura na qual fica aprovado o imposto de licença (comércio Volate)

mas vale ressaltar que esses trabalhadores existem e são de suma importância para o desenvolvimento econômico no município.

Segundo Edilza Fontes (1993), somente em 1940 iniciaram-se as atividades da justiça trabalhista no Pará, e apenas em 1950 é que os trabalhadores rurais conquistaram seus direitos trabalhistas. Dessa forma, compreendemos que o município de Bragança não ficou fora desse processo, uma vez que está localizado no interior do Estado do Pará.

Havia no município alguns meios de comunicações tais como: Jornais locais e um Rádio de comunicações, no qual dou destaque ao "Jornal do Caeté" nome do jornal que circulavam pela cidade, que traziam não só notícias de Bragança mais de um contexto nacional e alguns noticiários sobre as questões de lutas de trabalhadores nacionais no Brasil, pois o jornal mostrava relatos das greves por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, pela regulamentação do trabalho feminino e infantil, pelo descanso semanal, e possivelmente, estas notícias que vinham nos jornais poderiam influenciar mais ainda estes trabalhadores em prol de seus benefícios. Como essa própria notícia relatada no Jornal do Caeté[10]:

> Milhares de trabalhadores deixam de comparecer aos locais de produção, reivindicando melhores salários, com que farão a frente ao alto custo dos gêneros de primeira necessidade. E dizem êles que os pobres, explorados nos seus esforços, mal remunerados, terão de achar, por êles próprios uma solução mais viável mais justa para poderem, com suas famílias, pelo menos um minimo de vida humana e honesta.[11]

Podemos observar, através da propaganda, notícias e imagens divulgadas nos jornais, como as questões dos trabalhadores eram relatadas e como a própria imprensa e a sociedade abordavam essas questões. Apesar das muitas lutas, as reivindicações nas greves eram frequentemente as mesmas, dada a limitação das conquistas obtidas e a pouca mudança em relação à opressão imposta pelos patrões aos trabalhadores. Entretanto, percebe-se que

[10] Vale ressaltar que esse jornal tinha como diretor- proprietário o Senador Leandro Lobão da Silveira e, secretário o Dr. Jorge Ramos, pois estes foram prefeitos do município de Bragança, ou seja, os meios de comunicação estavam atrelados há pessoas do governo.
[11] Arquivo do Fórum de Bragança. Jornal do Caeté (1953). Edição Nº 356 pág. 2, em 26 de abril de 1953.

é nesse contexto que os trabalhadores começam a buscar melhores condições para o seu trabalho.

Como em qualquer lugar, os conflitos surgidos no cotidiano do trabalho muitas vezes ficavam sem solução ou acabavam prejudicando os operários. Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mais demandas trabalhistas chegaram à justiça e passaram a ser arbitradas por ela.

É nesse novo momento da legislação trabalhista no Brasil que focalizamos os principais sujeitos a serem analisados que são os trabalhadores do setor Privado e do Público que mostram algumas inconformidades com seus locais de trabalhos o que gerou conflito direto com seus patrões.

Nesse período, Bragança passou por diversas aberturas de indústrias, tais como casas comerciais, fábricas de calçados, firmas de caminhões, barbearias, bazares de proprietários locais, entre outras que se instalaram na cidade. A firma Sapataria Protetora dos Pobres foi a mais importante no município, destacando-se pela produção dos melhores calçados de couro da região e por empregar mão-de-obra significativa. Abaixo, destacamos algumas das empresas que se destacavam. No entanto, é importante ressaltar que havia muitas outras empresas locais nesse município.

TABELA 02. EMPRESAS DE MAIS DESTAQUE COMERCIAL.

Empresas	**Quantidades**
Fábrica de calçados	4
Casas comercias	20
Farmácias e drogarias	4
Ourivesarias	3
Barbearias	2
Cinemas	1
Hotéis	2
Panificadoras	6
Fábrica de refrigerantes	3
Posto de gasolina	2

Fonte: O autor, 2017, feita a partir dos dados coletados no arquivo público.

Então, aqui encontramos os trabalhadores do setor privado, uma vez que alguns deles trabalhavam com carteira assinada e contavam com o amparo da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas. Nessas indústrias, homens e mulheres desempenhavam diversas funções, tais como industriários,

vendedores, serventes, auxiliares de armazém, motoristas de caminhão e caçamba, operários, entre outras. Essas indústrias ocupavam um papel de destaque na economia bragantina, e seu destaque era possível graças aos trabalhadores, que constituíam a força produtiva dentro das indústrias bragantinas. No entanto, percebe-se que os trabalhadores dessas indústrias não recebiam o devido reconhecimento, uma situação comum na época, onde as massas muitas vezes não eram valorizadas.

Outro ponto importante que deve ser destacado é o poder municipal, o qual não ficou fora desse processo. Uma vez que ele cria projetos de leis que estabelecem o código tributário do município e lançam o imposto da indústria e profissão.

> Artº 20º - Estão sujeitos a êste imposto, tôdas as pessôas que explorarem a indústria ou comércio em qualquer de suas modalidades ou exercerem profissão quais-arte, oficio ou função fixa e será lançada e arrecadado de acordo com a presente lei(...).[12]

Percebemos que, além da exploração por parte dos patrões dentro das indústrias, há também a exploração por parte do poder municipal em relação a essa categoria. O que podemos evidenciar é que os trabalhadores do setor privado não tinham uma vida fácil no dia a dia, pois nota-se uma constante exploração sobre eles.

No setor público, havia funcionários que se dirigiam ao comércio bragantino em busca de pagar impostos sobre a indústria e profissão, assim como o imposto de licença (comércio volante). Além disso, havia servidores que trabalhavam nas estradas de rodagem. No entanto, nosso foco não está ligado apenas a esses trabalhadores do município, mas sim a todos os trabalhadores que fazem parte da prefeitura municipal, os quais, não diferentemente de outros trabalhadores do município e do Brasil, lutam por seus direitos.

A prefeitura, por sua vez, cria projetos de leis que podem beneficiar ou não as demandas desses trabalhadores. É notável que a existência de contratos flexíveis e a contratação ilegal (sem carteira assinada) são crescentes. A

[12] Oficio Nº 62 de 30 de junho de 1952, encontrado no Arquivo Municipal na Prefeitura na qual fica aprovado o projeto de lei através dos membros da câmara municipal que nos mostrar: *"Para ser submetido à apreciação de V.Exia., juntamente com a dos ilustres membros da Câmara Municipal de Bragança, junto a projeto de lei que estabelece o Código Tributário deste Município".*

prefeitura adota diversos tipos de contratos de trabalho, conseguindo flexibilizar a relação contratual. Isso se torna um campo de manipulação e um marco de aprofundamento da exclusão, precariedade dos vínculos de trabalho e pauperização da vida. Essa situação evidencia a ausência de parâmetros que regulam a vigência dos direitos e a responsabilidade política.[13].

Paralelamente a esse contexto, no qual era necessário impulsionar a economia do município, percebemos que nunca foi plano do governo municipal oferecer amparo aos trabalhadores no que se refere a benefícios para esta categoria, que era de suma importância para o desenvolvimento econômico. O governo cria impostos para que esses trabalhadores tenham que pagar. Ora, são esses trabalhadores que desempenham suas atividades nas indústrias, no comércio e até mesmo no órgão público (Prefeitura), e não recebem o devido respeito. Embora alguns pudessem silenciar suas vozes diante de algumas regras, isso não impedia suas ações.

Diante da exploração e do não cumprimento do que consideravam ser seus direitos, muitos desses trabalhadores recorriam à justiça ou a qualquer órgão que fosse cabível. Havia também aqueles que não tinham onde recorrer, uma vez que trabalhavam por conta própria. Foi, em meio a este cenário de desenvolvimento urbano, que podemos identificar um contato cotidiano e intenso com a realidade da classe trabalhadora a partir dos mais diversos setores do mercado de trabalho bragantino, uma vez, que esses aparecem como elemento essencial para a sobrevivência social e econômica da cidade de Bragança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre a história dos trabalhadores no Brasil abre um leque de possibilidades, e a análise dos dados revela que, entre 1950 e 1960, no município de Bragança-Pará, houve uma agitação no cotidiano dos trabalhadores devido às mudanças experimentadas por essa classe durante as agitações comerciais no município. Esses eventos colocaram esses sujeitos no

[13] Uso dessas palavras para dizer que foram encontradas fontes de mandado de segurança, projeto de lei, atestado de funcionários e até folha de pagamentos desses funcionários encontradas no arquivo Municipal de Bragança.

centro do protagonismo social.

Através das documentações, percebemos que os trabalhadores dessa região poderiam estar insatisfeitos com a forma como eram tratados e recorriam à justiça em busca de seus direitos. Essa documentação é de fundamental importância para nossa pesquisa, destacando a riqueza de detalhes e a complexidade de uma realidade histórica. É por meio dela que podemos demonstrar como os trabalhadores lutavam por seus direitos.

Este estudo contribuirá para uma melhor compreensão da sociedade bragantina, especialmente da classe trabalhadora, no processo de construção de sua organização. Busca superar a cultura da reivindicação e da delegação, criando um ambiente propício para que esses trabalhadores se tornem sujeitos conscientes e ativos em seu próprio desenvolvimento. Além disso, há uma mudança no enfoque da qualidade total, antes voltada apenas para o aspecto organizacional, agora direcionada para a qualidade de vida no trabalho. Isso envolve uma maior participação dos trabalhadores, descentralização de decisões, ambiente físico seguro e confortável, e oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal.Tais aspectos são influenciados pelas mudanças nas relações trabalhistas contemporâneas, tendo como referência a Constituição, a Lei Maior do país.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BELLUCCO, H.; GONTIJO, R. **Sobre a historiografia do movimento operário**. Tempos Históricos, [S.l.], v.2, n.1,p.159–193, 2012. DOI:10.36449/rth.v2i1.6864.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil 1930 – 1942: A Construção do Sujeito de Direitos Trabalhistas**. São Paulo: LTr: Jutra – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

Conceição, Maria de Fatima Carneiro da. **Bragantina: um trem, a terra e a mandioca**. 1edº. – Belém [PA]: Paka-Tatu, 2022.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O pão nosso de cada dia (um estudo sobre padeiros e forneiros em Belém do Pará nos anos de 1940 a 1954)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Capinas – S.P. Campinas 1993.

FREITAS, Marcos Cezar. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GOMES. Ângela de Castro (Coordenadora). **Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada** - Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Trabalhadores do mundo. A Era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Os trabalhadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Rebeldes primitivos. Estudos das formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1981.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papirus, 1996.

MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol.2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960).** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

PEREIRA, César. **Sinopse da História de Bragança. 1ª edição**- Bragança-PA, 1962

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987.